

# AVIÕES MOÇAMBICANOS ROUBADOS À COMAG

## JULGAMENTO NA ÁFRICA DO SUL

Pode-se dizer que se transformou num processo político o julgamento que (até ao fecho desta edição) decorria na Divisão Provincial do Transvaal do Supremo Tribunal da África do Sul. Esse julgamento, o primeiro do género em que está envolvido o nosso país, foi motivado pelo roubo de três aviões perten-

centes à COMAG em 9 de Setembro passado. O terceiro avião sabe-se estar agora em Londres enquanto dois, legalmente reclamados pelo nosso país através da COMAG, ficaram retidos em Pretória desde o dia 24 de Setembro a pedido da COMAG e ao abrigo das leis internacionais.



*Um «Aerocommander» 500.S da COMAG. Um dos aviões roubados é gêmeo deste e sofreu melhoramentos no seu equipamento*

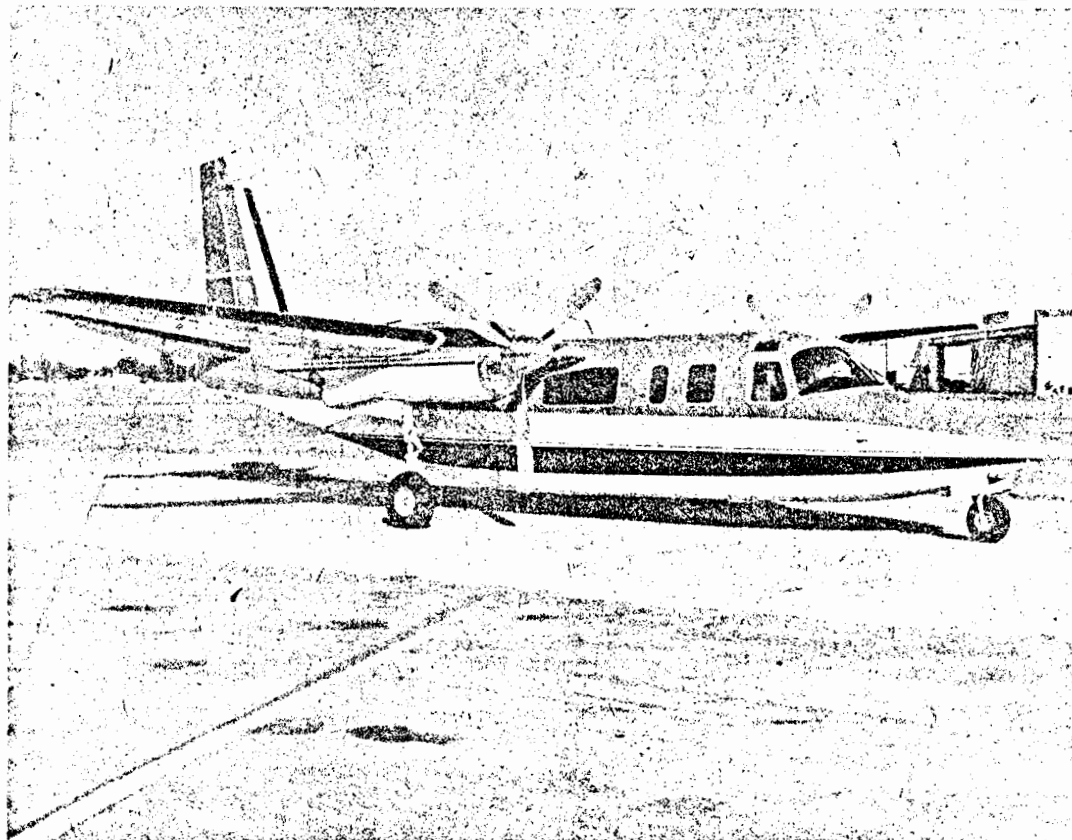
No dia 9 de Setembro último Rolando Marques de Almeida Mendes, então director da COMAG, e mais dois pilotos (Joaquim Maria Craveiro e Carlos Brás Verissimo) e suas famílias executaram o roubo de três aviões à companhia moçambicana COMAG. Tendo levantado voo nesse dia rumam

para o interior da Rodésia. Ali Rolando Mendes, chefe do grupo, transaccionou ilegalmente os aviões a uma companhia com sede em Liechtenstein (minúsculo estado europeu, mais pequeno que Maputo, conhecido por albergar sedes de companhias fantasma). A transacção foi fei-

ta com a delegação do Zaire da referida companhia denominada «Alpen Flugzeughandel Est». Nos registos da companhia o negócio ficaria como tendo sido feito no dia 15 do mesmo mês apesar de a companhia os ter registado como propriedade sua no dia 8...

antes dos aviões levantarem voo de Moçambique.

Entretanto naquele dia 9, a Aeronáutica Civil de Moçambique dando os aviões como desaparecidos comunicou com as autoridades de navegação aérea dos países vizinhos. De todos eles vieram respostas negativas com excepção da



*Um «Turbo Aerocommander» 690. Igualmente, é gêmeo deste o segundo avião retido em Pretória. Assim como o «Aerocommander» 500-S, este também tinha sofrido melhoramentos dispendiosos*

Rodésia que primou, naturalmente, pelo silêncio. No entanto, no dia 24, mais de duas semanas após o desaparecimento, a Aeronáutica foi avisada de que dois aparelhos, com características idênticas às indicadas, haviam aterrado perto de Wonderboom, em Pretória. Foi imediatamente solicitado o embargo do voo desses aviões ao abrigo das leis internacionais pedido esse que foi atendido. A partir daqui a COMAG iniciou diligências para recuperar legalmente os aviões. Trata-se de um «Beech-Craft BE-58» de matrícula C9-AQR e de um «Aerocommander 500-S». O terceiro dos aviões roubados sabe-se estar neste momento em Londres. Esse é da marca «Turbo Aerocommander 690», matrícula C9-AOI.

#### UM PROCESSO POLITICO

Encaminhada a questão ao Supremo Tribunal da RSA — Divisão de Pretória, a COMAG, que enviou representantes

àquele país, provou serem propriedade sua os dois aviões em causa. Os representantes da «Alpen Flugzeughandel Est.», vindos especialmente do escritório do Zaire para a África do Sul (Douglas Clark e Anthony Charles Hubner, ambos de nacionalidade britânica a fim de defenderem a sua causa tentaram provar em tribunal que os aviões pertenciam à sua companhia o que não foi aceite devido às provas em contrário apresentadas pela COMAG. Depois, transformando um processo criminal em processo político, tentaram provar a inexistência jurídica da COMAG pondo em causa, por isso a soberania da RPM. Naturalmente a RPM tem existência soberana e as suas instituições têm existência jurídica.

O autor deste golpe, Rolando Mendes, declarou à companhia «compradora» que os aviões estavam livres de onus e encargos o que não é verdade. Eles estão, na verdade, hi-

potecados ao Banco de Moçambique em qualquer instância legal a transacção feita... salvo se se fosse pôr também em causa a existência jurídica do Banco de Moçambique o que seria um contrasenso político, jurídico e económico.

Ao tempo do fecho da presente edição o julgamento de

Pretória parecia pender para o gambique. Este simples factolado moçambicano.

Lembramos que segundo as leis internacionais da aeronáutica um avião ilegalmente saído de um país tem que ser devolvido à sua origem desde que o país defraudado prove a propriedade da aeronave.

Como se diz na notícia até ao encerramento da presente edição não nos foi possível saber mais pormenores sobre o andamento do julgamento em Pretória. Na próxima edição voltaremos a este assunto que despertou as atenções nacionais. Podemos, no entanto, analisando os factos que temos, que o processo pendia para a COMAG por ser inconsistente a argumentação apresentada pela empresa pirata envolvida na compra ilegal dos aviões.